



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS

Afinal, onde estão os reais conflitos de interesses e a promiscuidade de vínculos?

Há cerca de duas semanas assistimos na comunicação social a um dos frequentes surtos propagandísticos do Ministério da Saúde, que se têm tornado frequentes sempre que existe a necessidade de desviar as atenções da opinião pública das sucessivas e graves medidas de asfixia económica e financeira do SNS.

Numa das muitas e profusas declarações à imprensa, o Ministro da Saúde afirmou o seguinte:

E é também dentro deste âmbito que apresentámos legislação, que esperamos ser em breve promulgada, relativamente aos conflitos de interesses sobre médicos e entidades que fazem normas de orientação clínica, seleção de medicamentos, de dispositivos clínicos. Tem que haver normas claras sobre conflitos de interesse.

Todavia, e muito embora sejam recorrentes as declarações ministeriais que insinuem e relacionam a questão dos conflitos de interesses essencialmente com os profissionais médicos, é curioso nesta campanha a quase ausência de casos concretos de violação da legislação em vigor.

Recordando e reafirmando que a transparência relacionada com estes assuntos é matéria pela qual sempre pugnámos e para a qual estamos disponíveis para dar contributos construtivos, **aconselharíamos que o Sr. Ministro iniciasse a sua campanha “moralizadora” pelos órgãos centrais e regionais do seu próprio ministério.**

No passado dia 4/12, no Porto, realizou-se, por iniciativa de uma multinacional farmacêutica, um encontro dirigido aos directores executivos e presidentes dos conselhos clínicos dos ACES (Agrupamentos de Centros de Saúde) da região norte e também a alguns departamentos da própria ARS do Norte, visando a apresentação e discussão de algumas estratégias da política de saúde para 2014 orientadas para os Cuidados de Saúde Primários.

Com abertura do encontro a cargo do vice-presidente da ARS do Norte e dum representante da empresa em Portugal e as conclusões apresentadas pelo presidente do conselho de administração dos SPMS (Serviços Partilhados do ministério da Saúde), os trabalhos incidiram sobre matéria exclusiva da responsabilidade do Ministério da Saúde: Externalização de consultas hospitalares e Contratualização das USF para 2014.

As matérias foram apresentadas aos dirigentes dos ACES por um Vogal do conselho de administração da ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde) e por um representante da empresa farmacêutica organizadora.

Caso para perguntar:

- Porque razão o Ministério da Saúde comunica com as suas chefias intermédias através da indústria farmacêutica e não através da sua própria cadeia?

Como podemos verificar, as preocupações do Ministro da Saúde divergem consoante os envolvidos e o grau de proximidade para consigo próprio. Só visam os profissionais de saúde que, inaceitavelmente envolve na sua generalidade, porque quando se trata do comissariado político por si nomeado as regras e os princípios já têm outra natureza.

Nestes casos, prolifera a mais despudorada impunidade de actuação e de flagrantes conflitos de interesses.

Ficamos a aguardar que o Ministro da Saúde adopte uma atitude coerente e tome, relativamente aos seus mais directos colaboradores, as medidas sancionatórias com que tem andado a ameaçar os profissionais de saúde.

Caso não o faça, fica completamente esclarecido o seu comportamento político e o efectivo grau de preocupação que esses conflitos de interesses lhe suscitam.

Coimbra, 12/12/2013

A Comissão Executiva da FNAM